

# RADAR TRABALHISTA

CPRT  
COMISSÃO DE  
POLÍTICA DE  
RELAÇÕES  
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 181 – 11/01 à 15/01/2021

## Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

## Destaque da Semana

[Liberado o envio de eventos de folha para o eSocial após publicação de portaria que reajusta valores previdenciários](#)

eSocial - 14/01/2021

Foi publicada no dia 14 a [Portaria SEPRT/ME nº 477, de 12/01/2021](#), da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, que divulga a tabela de faixas para atribuição de alíquotas previdenciárias, bem como limite de salários de contribuição ao INSS, além de reajustar os benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e os demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social - RPS.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

### [Anulada justa causa de operador por abandono de emprego após alta previdenciária](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/01/2021

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho declarou a nulidade da dispensa por justa causa aplicada pela Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná a um operador de sistemas por abandono de emprego. Apesar de o empregado ter faltado mais de 30 dias seguidos, de acordo com os ministros, a empresa não comprovou a intenção de abandonar o trabalho, o que poderia ter sido demonstrado com a ausência de resposta ou manifestação contrária à convocação que solicitasse o retorno ao serviço. Nessa circunstância, o colegiado converteu a rescisão por falta grave em dispensa imotivada.

### [Empresa de ônibus é condenada por contratação insuficiente de pessoas com deficiência](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/01/2021

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Empresa de Ônibus Pássaro Marrom S.A., de Guaratinguetá (SP), a pagar R\$ 75 mil por danos morais coletivos por não contratar empregados com deficiência e reabilitados em número suficiente. Para o colegiado, apesar da alegação da empresa de dificuldades de cumprir a cota, a real impossibilidade não ficou demonstrada.

### [Empregado sem fonte principal de sustento e desamparado pelo plano de saúde será reintegrado](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/01/2021

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho deferiu a tutela de urgência pedida por um operador de veículos da Prometeon Tyre Group Indústria Brasil Ltda. e da Pirelli Pneus Ltda. para determinar a sua reintegração no

emprego e o restabelecimento do plano de saúde. Após ser dispensado, ele discute na Justiça o direito à estabilidade em decorrência de doença profissional, e o colegiado concluiu que há risco na espera pela decisão definitiva do caso, diante da precariedade de seu estado de saúde e da ausência de assistência médica.

#### [Professora obtém rescisão indireta por atraso de dois meses no pagamento de salários](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/01/2021

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu o direito de uma professora da ISCP Sociedade Educacional Ltda., de São Paulo (SP), à rescisão indireta do contrato de trabalho, em razão do atraso salarial de dois meses. Segundo o colegiado, o pagamento do salário figura entre as principais obrigações do empregador no âmbito do contrato de trabalho, e seu descumprimento caracteriza falta grave que justifica a rescisão.

#### [Negado pedido de indenização por lesão em coluna de origem degenerativa](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/01/2021

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de um auxiliar de produção da Sankyu S. A., de São Francisco do Sul (SC), que pretendia receber indenização decorrente de lesões na coluna lombar. De acordo com o laudo técnico pericial, única prova reconhecida no processo, não há nexos de causalidade entre as atividades realizadas por ele e a doença adquirida, que tem natureza degenerativa.

#### [Aviso-prévio recebido durante licença-maternidade torna nula dispensa de caixa](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/01/2021

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a nulidade da dispensa de uma caixa da Lotérica Xis Platina, de Belo Horizonte (MG), por ter recebido aviso-prévio durante a licença-maternidade, ou seja, no período de estabilidade no trabalho. Com isso, a empresa deverá pagar indenização correspondente aos salários e demais vantagens devidas no período entre a dispensa e o fim do prazo da estabilidade assegurada à empregada gestante.



## Notícias do Executivo

### [Benefícios acima do mínimo têm reajuste de 5,45%](#)

Ministério da Economia - 13/01/2021

Os segurados da Previdência que recebem acima do salário mínimo terão seus benefícios reajustados em 5,45%, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Os novos valores foram oficializados pela [Portaria SEPRT/ME nº 477](#), publicada nesta quarta-feira (13/1), no Diário Oficial da União (DOU). O reajuste vale desde 1º de janeiro de 2021.

### [Receita Federal esclarece alterações na Guia de Informações Previdenciárias](#)

Ministério da Economia - 11/01/2021

A Receita Federal do Brasil – juntamente com a Caixa Econômica Federal – adequou o aplicativo Sistema Empresa de Fundo de Garantia e Informação à Previdência Social (Sefip)/Guia de Informações Previdenciárias (GFIP) às decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) de não incidência da contribuição previdenciária patronal sobre o salário-maternidade e à jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (STJ) quanto à não incidência da contribuição previdenciária patronal sobre os primeiros 15 dias que antecedem o auxílio-doença.

### [Especialistas debatem o elo entre pesquisa e inovação](#)

Fundacentro - 15/01/2021

O “LAB TALK [#1] - Pesquisa & Inovação: o elo desejável” foi uma das atividades do [Encontro de Pesquisa & Inovação](#), realizado pela Fundacentro em dezembro. O vídeo, com a participação de Alessandro Rizzato do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), de Sérgio Noboru da Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) e de Rodrigo Secioso da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), está disponível no [canal do YouTube da instituição](#).

## [Workshop Pesquisa & Inovação aborda tendências do segmento](#)

Fundacentro - 12/01/2021

Ser criativo é pensar em coisas novas, e inovar é aplicar na prática a criatividade, tornando-a possível. Mas, quais os caminhos para inovação? O Workshop do segundo dia do Encontro de Pesquisa & Inovação da Fundacentro ajuda a entender este universo. O evento virtual contou com as presenças de Wankes Leandro, head de transformação do Instituto Fenasbac (Federação Nacional de Associações dos Servidores do Banco Central) e de Rodrigo Secioso, superintendente de Inovação na Finep (Financiadora de Estudos e Projetos).

# Auditor Fiscal do Trabalho

## Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[MT: Com artigos da Auditoria-Fiscal do Trabalho, livro aborda desafios à erradicação do trabalho escravo contemporâneo](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 15/01/2021

Com origem nos debates do seminário que marcou os dez anos do Projeto Ação Integrada – PAI, de Mato Grosso, foi lançada nesta semana a coletânea de artigos “Novos Caminhos Para Erradicar o Trabalho Escravo Contemporâneo”, pela editora CRV, disponível gratuitamente na versão e-book [aqui](#).

## Outras Notícias

### [Recusa em tomar vacina não pode gerar demissão, dizem advogados](#)

Consultor Jurídico - 14/01/2021

Uma questão urgente e polêmica tem preocupado tanto gerentes de RH como advogados trabalhistas. Trata-se de saber se a empresa poderá dispensar — por justa causa ou não — o empregado que se recusar a tomar a vacina contra a Covid-19, quando ela estiver disponível. Ou, ainda, se o empregador poderá deixar de contratar o candidato que não provar ter sido vacinado contra o coronavírus.

### [TRT-18 reafirma entendimento sobre estabilidade provisória de gestante](#)

Consultor Jurídico - 12/01/2021

A incidência da estabilidade prevista no art. 10, inc. II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) exige apenas que a gravidez seja anterior à dispensa sem justa causa. Com base nesse entendimento, fixado pelo STF no julgamento do RE 629.053, a 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região manteve condenação de uma empregadora doméstica a indenizar uma trabalhadora demitida durante o período de estabilidade provisória.

### [Covid-19 foi a principal causa de acidentes de trabalho no terceiro trimestre](#)

Consultor Jurídico - 12/01/2021

Cerca de 10% dos acidentes de trabalho do país no terceiro trimestre do último ano ocorreram devido à Covid-19. Entre julho e setembro, 10,8 mil trabalhadores foram afastados pela doença — um aumento de 246% com relação ao segundo trimestre. As informações são do Valor Econômico. A alta de acidentes vem acompanhada do aumento de casos de Covid-19 no Brasil: o terceiro trimestre registrou 143% mais casos do que o segundo, com 3,4 milhões.



## Atos Normativos

[LEI Nº 14.118, DE 12 DE JANEIRO DE 2021](#) (DOU de 13/01/2021 Seção I Pág. 01) - Institui o Programa Casa Verde e Amarela; altera as Leis nºs 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.100, de 5 de dezembro de 1990, 8.677, de 13 de julho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 11.977, de 7 de julho de 2009, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 13.465, de 11 de julho de 2017, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979; e revoga a Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017;

[PORTARIA SEPRT Nº 396, DE 11 DE JANEIRO DE 2021](#) (DOU de 13/01/2021 Seção I Pág. 22) - Dispõe sobre as situações incompatíveis, por sua natureza, com a fiscalização orientadora das microempresas e empresas de pequeno porte. (Processo nº 19966.100560/2019-00);

[PORTARIA SEPRT/ME Nº 477, DE 12 DE JANEIRO DE 2021](#) (DOU de 13/01/2021 Seção I Pág. 23) - Dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dos demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social - RPS. (Processo nº 10132.112045/2020-36);

[LEI Nº 14.119, DE 13 DE JANEIRO DE 2021](#) (DOU de 14/1/2021 Seção I Pág. 07) - Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política;

[PORTARIA SEPRT/ME Nº 614, DE 13 DE JANEIRO DE 2021](#) (DOU de 14/01/2021 Seção I Pág. 217) - Estabelece que, para o mês de janeiro de 2021, os fatores de atualização das contribuições vertidas de janeiro de 1967 a junho de 1975, para fins de cálculo do pecúlio (dupla cota) correspondente, serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,000000 - utilizando-se a Taxa Referencial-TR do mês de dezembro de 2020;

[PORTARIA SEPRT/ME Nº 636, DE 13 DE JANEIRO DE 2021](#) (DOU de 14/1/2021 Seção I Pág. 217) - Dispõe sobre o reajuste dos valores previstos nos incisos II a VIII do § 1º do art. 11 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, que trata da aplicação das alíquotas da contribuição previdenciária prevista nos arts. 4º, 5º e 6º da Lei nº 10.887, de 18

de junho de 2004. (Processo nº 10133.100018/2021-91);

[PORTARIA INSS Nº 1.267, DE 12 DE JANEIRO DE 2021](#) (DOU de 14/1/2021 Seção I Pág.246) - Disciplina e orienta sobre os procedimentos a serem adotados nos casos em que houver ocorrência de óbito do segurado, antes da conclusão do ano vigente;

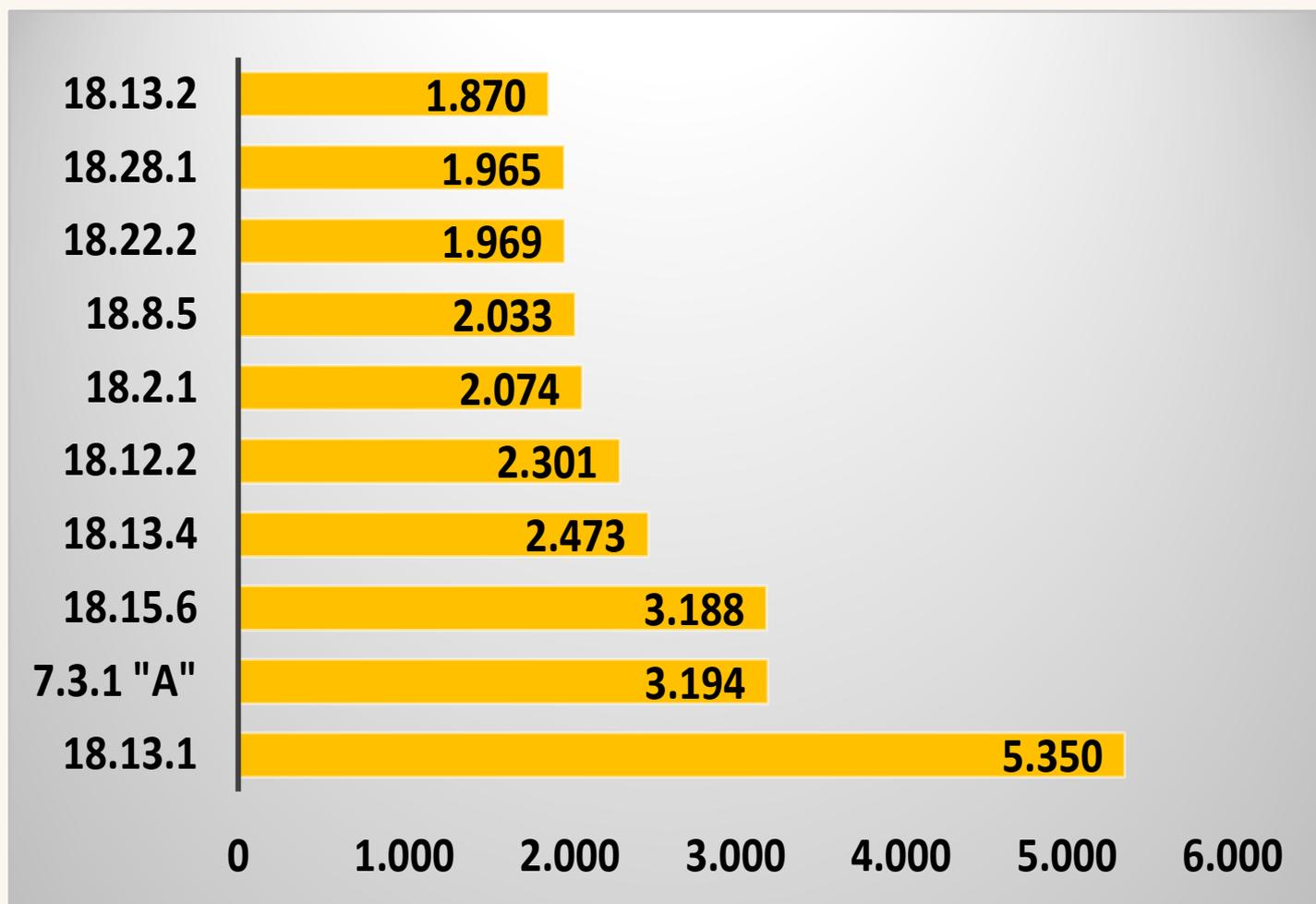
[DECRETO Nº 10.600, DE 14 DE JANEIRO DE 2021](#) (DOU de 15/01/2021 Seção I Pág. 01) - Regulamenta a Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, que institui o Programa Casa Verde e Amarela;

[PORTARIA ME Nº 665, DE 14 DE JANEIRO DE 2021](#) (DOU de 15/01/2021 Seção I Pág. 22) - Eleva, temporariamente, o limite de valor para julgamentos de recursos em sessões não presenciais pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, e autoriza a realização de julgamento de representação de nulidade em sessão virtual.



## Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais fiscalizados pela Auditoria Fiscal do Trabalho do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2020 (jan/dez):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

**Itens mais fiscalizados:** É a soma de todas as rubricas utilizadas pelos Auditores Fiscais do Trabalho durante o exercício da fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) nos estabelecimentos empresariais. Esse quantitativo leva em consideração o número de “notificações/autuações”, “embargos”, “interdições” e “regularizado na ação fiscal”. Os atos fiscais do ME na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

**18.13.1** É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

**7.3.1** Compete ao empregador:

**a)** garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

**18.15.6** Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

**18.13.4** É obrigatória, na periferia da edificação, a instalação de proteção contra queda de trabalhadores e projeção de materiais a partir do início dos serviços necessários à concretagem da primeira laje.

**18.12.2** As escadas de uso coletivo, rampas e passarelas para a circulação de pessoas e materiais devem ser de construção sólida e dotadas de corrimão e rodapé.

**18.2.1** É obrigatória a comunicação à Delegacia Regional do Trabalho, antes do início das atividades, das seguintes informações:

- a) endereço correto da obra;
- b) endereço correto e qualificação (CEI, CGC ou CPF) do contratante, empregador ou condomínio;
- c) tipo de obra;
- d) datas previstas do início e conclusão da obra;
- e) número máximo previsto de trabalhadores na obra

**18.8.5.** É proibida a existência de pontas verticais de vergalhões de aço desprotegidas.

**18.22.2** Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.

**18.28.1** Todos os empregados devem receber treinamentos admissional e periódico, visando a garantir a execução de suas atividades com segurança.

**18.13.2** As aberturas no piso devem ter fechamento provisório resistente.

### **Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)**

*José Carlos Martins*

*Presidente*

### **Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)**

*Fernando Guedes Ferreira Filho*

*Presidente da CPRT*

*Gilmara Dezan*

*Gestora de Projetos e Assessora da CPRT*

### **Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas**

*Clovis Veloso de Queiroz Neto*

*Consultor CBIC e Responsável Técnico*

### **Projeto Gráfico**

*Paulo Henrique Freitas de Paula*